

CARTA DE CARPINA*

COLETIVO DE AUTORES¹

EDUCAÇÃO FÍSICA – NOVOS COMPROMISSOS:
PEDAGOGIA, MOVIMENTO, MISÉRIA

Programado para o período de 12 a 14 de março de 1986, na cidade pernambucana de Olinda, o I Encontro Nacional de Dirigentes Metropolitanos de Educação suscitou, por parte da SEED/MEC a intenção de nos convidar – na condição de profissionais de educação física, e sem estabelecer nenhum compromisso com ela, como instituição governamental – para efetuarmos um estudo em torno das questões inerentes a essa área do conhecimento, à luz do contexto social brasileiro. A produção de uma educação física voltada para as necessidades da maioria da população foi o fio condutor que norteou todas as discussões.

Este documento reflete o resultado de estudos que tiveram como objetivo a busca de “novos compromissos” para a educação física com ênfase na problemática da pedagogia, do movimento e da miséria.

* Nesta carta foram feitas revisão e padronização segundo as normas da revista.

1. Ana Maria Feitosa, Apolônio Abadio do Carmo, Celi Neuza Zulke Tafarel, Florismar Oliveira Thomaz, Izilda Cardoso Costa, João Batista Freire da Silva, João Bosco Araújo Teixeira, José Elias de Proença, José Manuel Cruz Pereira Nunes, Lino Castellani Filho, Lucy Aparecida de Godoy Bizzocchi, Maristela Maura Silva, Renato da Costa Donato, Tereza Luíza de França, Teresinha Maria Giacomim, José Ricardo Martins Araújo (em memória), César Augusto Santos Barbieri, Maria Eliene Pinheiro Peixoto Botelho, Person Cândido Matias da Silva e José Pinto Lapa.

Reportando-nos ao título, este documento refere-se aos novos compromissos da educação física. No entanto, que compromissos neste país ainda podem se caracterizar como novos? O desgaste do termo é de tal monta que torna difícil seu uso numa proposição séria. A novidade não estaria em afirmar, mas, sim, em, efetivamente, cumprir com tais compromissos. Portanto, deve ficar claro que não se trata de mais uma nova idéia, mas sim da proposição de uma prática coerente com intenções contidas neste texto. A sociedade precisa conhecer a educação física e saber que há profissionais nesta área empenhados no sério compromisso de torná-la uma ação pedagógica conseqüente, que busque alternativas educacionais dignas no deplorável quadro na educação brasileira. Tais profissionais representam uma tendência emergente na educação física no Brasil que, ao entendê-la e explicá-la, sob a ótica de uma concepção dialética do movimento, buscam a superação do corpo teórico existente, transformando-o estruturalmente. Esta tendência contrapõe-se àquela outra representada por profissionais que, mesmo desejando mudanças, somente as perseguem superficialmente. Esta contraposição acirra-se ainda mais no confronto com uma terceira tendência, hegemônica, cujos profissionais que a representam colocam-se a serviço da reprodução e subsequente perpetuação dos valores pertinentes à concepção de educação física dominante.

Neste quadro, vem se estabelecendo uma luta hegemônica na qual a educação física dominante busca preservar seu domínio, enquanto aquela que se fundamenta na concepção dialética do movimento desenvolve esforços com vistas a desestabilizar a hegemonia conservadora.

O conflito no campo das idéias tem gerado uma crise teórico-prática salutar, uma vez que, em futuro bem próximo, tudo indica que se caminha para uma ruptura epistemológica na busca de um paradigma, não cumulativo, mas transformador da educação física. Neste sentido, a educação física, dimensão pedagógica de uma ciência do movimento humano, tem por objetivo o homem em objetivo e, sendo uma ação educativa científica e comprometida politicamente, não pode possuir uma prática neutra.

Na ótica da educação física, compreender as causas da miséria da educação será o intento daqui por diante. O sentido deste trabalho leva da análise e compreensão da miséria da pedagogia para o compromisso com uma pedagogia voltada para a eliminação da miséria humana.

Com tantas referências à miséria permeando o texto, faz-se necessário identificá-la melhor. Num contexto mais amplo, a identificação da miséria é imprescindível, pois que, se a miséria humana se estende a todos os homens, indistintamente, priorizamos nosso compromisso com aqueles que, ao desabrigo de uma

organização social dividida em classe de dominantes e dominados, pertencem a esta segunda. São estes os integrantes da sociedade que, sofrendo os efeitos da exploração econômica, não têm direito a, dignamente, comer, trabalhar, morar, jogar, estudar, decidir. Segundo dados da revista *Retratos do Brasil*, em seu número que trata da situação da infância brasileira, o modelo de desenvolvimento do país excluiu, nos últimos anos, a maior parte da população dos benefícios do progresso social. "Se em 1960 os 50% mais pobres detinham 17,4% da renda, em 1981 eles tinham de se contentar com somente 14,2%, enquanto os 20% mais ricos pularam de 54,8% em 1960 para 61,6% em 1981". Ou seja, os pobres tornaram-se cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos, aprofundando as desigualdades.

As mazelas resultantes de uma sociedade injusta inevitavelmente fazem parte, também, do universo da educação física. Por que não fariam se o país e o momento histórico são os mesmos? Observando, ainda que, de modo geral, nas atividades desenvolvidas pelos professores de educação física nas escolas brasileiras encontram-se os reflexos destas mazelas próprias de uma sociedade de classes. O que levaria um professor a não compreender a inviabilidade de se submeter crianças desnutridas a determinados esforços? Como ignorar ou deixar de levar em conta que a ingestão diária de alimentos da grande maioria de crianças não corresponde ao gasto energético despendido nas atividades escolares? Como compreender que, na ânsia de buscar o campeão se faça sucumbir os mais violentados?

Numa perspectiva tecnicista, a busca do campeão desencadeia um processo seletivo e discriminatório sobre as crianças, e os que a ele sobrevivem são chamados de "talentos". Talentosos para o quê? Seguramente para suportar os castigos que a injustiça social impõe e ainda pendurar no pescoço a medalha que os pais, o professor, o técnico, o dirigente, o governador, o presidente tanto anseiam. Não basta recusar esta educação física; é necessário compreender as causas dessa miséria pedagógica que, no ambiente escolar, marginaliza os cidadãos deste país. Nesta nefasta ação pedagógica, igualam-se à educação física a matemática, a geografia, a história e outras. Os professores de educação física, através da história, ainda não conseguiram encontrar, em sua ação teórico-prática, dimensão social que justifique a existência da educação física, ou seja, esta não tem dado conta de dimensionar sua prática no sentido de explicitar e entender as contradições e conflitos inerentes à educação.

Em toda discussão que trata da miséria, a fome aparece como o maior destaque, e como contra a fome o único argumento é o alimento comestível, a educação é sempre deixada de lado. Querem fazer da escola um albergue. En-

quanto pais permanecem desempregados ou com seus salários aviltados, crianças vão para a escola por causa da merenda escolar. Sem alternativas a oferecer, a educação física persiste, diante disso, por força dos decretos e leis que são baixados desde o Império.

Cabe ressaltar, no entanto, que a fome não deve ser vista apenas sob este ângulo. São muitas as “fomes” dos brasileiros e, para elas, a educação física pode ter muito “alimento” a oferecer. A criança vai à escola e, quando nela consegue permanecer, vive com fome de amor, de justiça, de inteligência, de sociabilidade, de movimento. Na educação física, por exemplo, oferecem-se medalhas, as quais alimentam o quê? O orgulho nacional? Para que essa medalha significasse esse orgulho de ser brasileiro seria preciso não a separação de fracos e fortes, mas, sim, que o campeão fosse expressão de seu povo, paradoxalmente, não um povo que competisse entre si pela sobrevivência, mas que estabelecesse relações de igualdade.

Um dos ângulos que merecem destaque sob o ponto de vista da educação física é o da fome de movimento. Este movimento pode ser sadio ou um alimento indigesto. Retomando questões citadas anteriormente, o exercício deve ser de intensidade tal que não ultrapasse os limites da reposição energética. Se uns podem comer proporcionalmente a tudo o que consomem de energia, seria justo que todos o pudessem. Como consequência, o profissional da educação física deve ter em mente que o exercício proposto à criança precisa ser não apenas o compensatório, mas o que contenha no seu interior os elementos que nutram a criança de amor, de inteligência, de sociabilidade, de tal maneira que a consciência seja a conquista maior, para que o cidadão, assim formado, conquiste seu direito à justiça social. Pois que justiça, comida, participação não podem ser concessões do Estado, mas sim direitos inalienáveis do povo.

Considerados esses aspectos, evidencia-se nosso compromisso com o movimento libertador, em oposição ao movimento opressor. Não se trata apenas de reivindicar que as crianças se movimentem, mas sim que se movimentem em busca de assumir na sociedade a concretização dos direitos que todos, por princípio, possuem. Não bastasse o absurdo de se prenderem em salas e cadeiras os alunos, da pré-escola à universidade, ainda se os dirigem nas aulas de educação física para os movimentos que apenas reproduzem a ideologia dominante. Sendo o movimento, em última análise, a única maneira de interferir na ação, motora ou psíquica, do indivíduo, é por aí que a ideologia se inculca. Desta forma a educação física, por cumprir o papel de reproduzir os valores culturais na sociedade, não tem considerado as especificidades culturais próprias daqueles que são oriundos da classe trabalhadora. Este comportamento social tem sido responsável pela dis-

criminação e exclusão de um enorme contingente de crianças, impedindo-as de prosseguir seus estudos dentro do sistema escolar.

Os corpos das pessoas são disciplinados pela vigilância constante do poder que, insinuando-se na cultura pelos aparelhos de reprodução, determinam o que pode e o que não pode ser feito. O medo da vigilância, os castigos e proibições incorporam-se ao corpo do Homem, traduzindo-se na rigidez muscular, prisão biológica, equivalente fiel da prisão social que exclui a imensa maioria da participação de um país que parece pertencer apenas a uns poucos. Nem por isso afirmamos que a classe dominante não possui "courageiras" musculares. Pelo contrário, as pessoas dessa classe também as possuem, mas, embora coincidindo em alguns pontos, a rigidez muscular dos membros da classe favorecida reflete e reforça o papel de dominação de que são imbuídos. Por outro lado, as "courageiras" que envolvem o corpo da maioria da população traduzem e reforçam os efeitos da dominação que lhe é imposta. Com relação a isso, vale lembrar que de maneira alguma tratamos aqui de "courageira" muscular como fenômeno circunscrito ao corpo individual. Sobre tudo nos referimos ao sujeito e suas relações sociais, portanto, também às "courageiras" sociais. Os mais bem aquinhoados na distribuição da riqueza nacional podem, querendo, amenizar suas tensões, facilitando um investimento dirigido ao corpo. Este investimento, traduzido em técnicas mais bem ou menos bem elaboradas, voltadas para a tomada de consciência ou simplesmente para a compensação da vida sedentária, reflete a estrutura do poder no que se refere, dentre outras coisas, à captação do lucro. O corpo do cidadão pode ser fonte de lucro se o investimento for bem dirigido. Tem-se a impressão de que é possível pagar pela tomada de consciência e de que, quem não pode pagá-la, não pode possuí-la.

Falar dessa contraposição significa falar de inverter papéis: da educação física que se pratica hoje para a educação física que geraria contradições, no interior das quais desencadear-se-ia o processo de conscientização. É fundamental perceber isto que afirmamos na exemplificação de práticas que comumente se observam nas escolas. Um jogo pode ser proposto pelo professor às crianças feito um "pacote": regras, técnicas, táticas, organização, materiais prontos. Ao indivíduo caberia jogar, exercitando-se segundo o comando do professor, em habilidades mais e mais desenvolvidas, até atingir uma performance julgada satisfatória, também pelo professor. Neste caso alimenta-se a subserviência, mas não a inteligência; alimenta-se a obediência às regras, mas não a compreensão de normas de respeito individual e social; alimenta-se uma certa habilidade motora, mas não a criatividade. Se, por outro lado, a proposta fosse de jogar de acordo com uma orientação geral, trabalhando com as crianças a elaboração das regras, das técnicas, teríamos

resultados completamente diferentes. Neste caso o indivíduo estaria se alimentando de elementos imprescindíveis à sua cidadania, em que as diferenças sociais, os preconceitos, as incapacidades não seriam camufladas. O jogo representa simbolicamente o indivíduo e sua vida em uma determinada sociedade. Por que isso é camuflado no ambiente escolar? Se o jogo tem essas características, que essa representação se faça com liberdade. É isso que queremos: que as contradições surjam, pois promovê-las, denunciá-las e superá-las é o papel da educação.

O direito à consciência não pode ser negado a quem quer que seja. Mas o fato é que os indivíduos das classes oprimidas têm esse direito negado e compreender as causas dessa negação é também papel da educação física. É preciso entender que, se o estudo organiza seus aparelhos de reprodução ideológica, essa ideologia é reproduzida também pelo corpo; desta maneira, tratando-se do ambiente escolar, professores exercem esse poder em nome dos interesses dominantes, e os distribuem por seus alunos. Seria ilusão pensar que bastaria recomendar que os professores sugerissem jogos ou exercícios diferentes. A questão, se exige a nova formação de conteúdos práticos, exige também a veiculação do compromisso por todos os canais que o conduzam para onde possa agir como força de pressão.

Retomando o exemplo do jogo que ilustrou a questão do processo de conscientização, perguntamos: que consciência poderia ocorrer no primeiro caso, quando as regras são impostas? O problema não permite como resposta uma quantificação matemática. Não seria possível saber, portanto, o quanto ocorreria aí de tomada de consciência. No entanto, se levarmos em conta que o professor, naquela situação, fez uma proposta não geradora de contradições resolvendo, além disso, os conflitos por acaso surgidos, haveremos de concluir que o referido procedimento retardaria em muito o processo dessa tomada de consciência. No segundo caso, a criança, julgando poder praticar o jogo com os recursos de que dispõe, depara-se de imediato com a contradição entre querer jogar e não poder, pela inexistência de normas que regulem as relações no grupo. É assim que, para poder prosseguir na prática, elabora regras consensuais ao grupo e a contradição, assim resolvida, é superada. Dessas relações envolvidas na elaboração da regra, a criança, em maior ou menor grau, terá consciência. Ora, se o jogo representa simbolicamente o mundo vivido, ou seja, o mundo trazido para o ambiente do jogo, da mesma maneira as tomadas de consciência ocorridas nesse ambiente da educação física serão levadas para o mundo real. O mesmo é válido para qualquer outra atividade em educação física: os exercícios, quaisquer que sejam, uma vez impostos, retardam o processo de conscientização. Independentemente da situação, a criança deve exercer o direito à compreensão do seu corpo e das suas

relações com o seu mundo. Em conformidade com isso é preciso destacar que não se pode considerar a tomada de consciência do próprio corpo como algo circunscrito ao aparelho biológico. Não custa repetir que essa consciência nasce no seio das contradições e não de elementos isolados. Tomar consciência de si equivale a tomar consciência do meio em que se vive.

Nesta linha de pensamento, o resgate do compromisso social na ação pedagógica da educação física, no sentido da superação do como é para como deveria ser conquistado, e algumas fases, que consideramos importantes, devem ser observadas, a saber:

a) do domínio do conhecimento e do proceder científico.

É necessário que os profissionais da educação física conheçam o corpo teórico que sustenta a visão de ciência, dominante entre os cientistas da educação do movimento. A ciência precisa passar por uma análise crítica e epistemológica contínua, no sentido de classificar a relação ciência-sociedade. A história tem comprovado que a apropriação do saber é também uma ferramenta de poder nas relações sociais.

Torna-se premente a necessidade de as pesquisas serem socializadas e seus resultados colocados a serviço de toda a população. Toda a produção de conhecimento envolve gastos públicos e deve ter retorno social. Neste poder científico o pesquisador não pode perder de vista que o conhecimento foi antes um conhecimento empírico e, portanto, a valorização do saber popular deve ser resgatada para o interior do pensar e fazer ciência do movimento.

b) da competência pedagógica.

Tal competência pressupõe o domínio da ação pedagógica conseqüente no tocante à contribuição desta na instrumentalização do indivíduo para a vida. Esta pedagogia deve superar as concepções mecanicistas e reprodutivistas que se tem difundido até hoje. Temos consciência de que a pedagogia não é, por si só, a alavanca da transformação da sociedade e muito menos um fator de redução das desigualdades. No entanto, entendemos que a transformação da sociedade não ocorrerá sem uma pedagogia libertadora.

c) da competência ética.

Atendo-se ao campo específico da educação física, a competência ética não deve ser vista como um conjunto estanque de valores imutáveis, mas sim como a capacidade do professor de questionar os valores exis-

tentes, criticando, negando e denunciando as injustiças, a corrupção e todas as demais formas de violência humana.

d) das responsabilidades governamentais.

Esta frase pressupõe a determinação de uma política capaz de, no campo de atuação do MEC, reestruturar os diferentes órgãos nos níveis federal, estadual e municipal dentro de cada um, procurando eliminar a superposição de funções dirigidas para os mesmos fins. O MEC deve atuar no sentido de destacar a responsabilidade dos demais níveis da administração pública e privada, concentrando esforços federais na busca de mecanismos disseminadores das posições políticas aqui mencionadas.

Espera-se que o discurso legal dos dirigentes federais, estaduais e municipais se caracterize por uma prática na qual a criança não seja privada do direito ao movimento e à facilitação do processo de conscientização corporal e social, permitindo assim, ao futuro homem, ser sujeito de sua história pela sua ação consciente.

Finalizando, lembramos um episódio no qual o segundo presidente da Nova República, argüido sobre o uso que faria dos aparelhos de ginástica do Sr. João Baptista de Figueiredo, respondeu que não pensava utilizá-los, mesmo porque, complementou, "Tartaruga vive cem anos e não pratica esporte". Embora não concordando com a metáfora presidencial – a prática esportiva pressupõe consciência, atributo dos homens – admitindo sua negação daquela educação física por entendê-la não reveladora da ação humana consciente. No entanto, em função dos compromissos aqui explicitados, estamos convictos de que, em futuro muito breve, não mais será possível ao Homem Sarney comparar seres humanos a tartarugas quando se referir às atividades físicas e esportivas.